TÍTULO: Direitos Humanos e Cidadania dos Imigrantes em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: um Estudo Comparativo

Coordenador: Dr. Nardi Sousa; Universidade de Santiago – Cabo Verde

Equipa:

1. Dr. Elias Moniz Universidade de Santiago,
2. Dr. Maria André Trindade Universidade de Cabo Verde (Unicv)
3. Dr. Gerson Sousa, Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais
4. Dr. Josefa tavares Miranda Universidade de Santiago
5. Dr. Carlos Lopes Oliveira Universidade de Santiago e Residente in São Tomé e Príncipe

SUMÁRIO

O projecto visa realizar um estudo sobre os Direitos Humanos e Cidadania das comunidades imigradas (antigas e novas) em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe; conhecer como é que a partir da instauração da democracia em 1991, as legislações em matéria de estrangeiro e cidadania evoluíram, tendo por base os Direitos Humanos e as normas internacionais, por forma a melhorar a integração das comunidades imigradas e seus descendentes. Procura também compreender até que ponto as legislações nacionais em matéria de migração, nos dois países, levam em consideração a questão dos Direitos Humanos, Acordos e Legislação internacional assinados.

O projecto pretende comparar legislações e Políticas Públicas que privilegiam os Direitos Humanos e Cidadania concernente aos imigrantes entre os anos de 1991 e 2012. Trata-se de uma análise sobre como os dois estados se organizaram para lidar com os membros das comunidades imigradas, e seus descendentes. O estudo prevê recolher, e comparar, 'alguns' materiais sobre as condições sociais, económicas e políticas que influenciam a situação dos imigrantes e minorias étnicas (e nomeadamente as próprias formas e processos de mobilização e de expressão dos seus interesses) nesses dois países; e considerar em todos os detalhes uma série de políticas públicas específicas (regulamentações, instituições e estruturas) e o seu funcionamento, na medida em que fazem intervir ou tocam as populações imigradas e minorias étnicas.

Este estudo também nos levará à situação jurídica das minorias étnicas e dos imigrantes e a seu estatuto face às leis sobre a cidadania, os seus direitos sociais e políticos, as políticas municipais concernentes aos imigrantes e minorias étnicas, e às formas de que se reveste a representação política no processo de decisão a nível da cidade, nomeadamente dos eleitos das instituições consultivas, representantes das associações de imigrantes.